

Aprovada em sessão
da A.M. de 28-04-2016

29.FEV.2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ATA Nº 17

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2016

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Anibal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: António Fernando Oliveira da Silva. -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Sílvia Liliana Moreira da Cruz, em substituição de Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio, José Cardoso Marques, em substituição de António José Valpaços Magalhães, Sandra Manuela P. Pereira da Cunha, em substituição de António da Silva Sá Casal, Ana Sofia Ferreira da Silva, em substituição de Bruno Miguel Martins Vieira, Carlos Alberto Sousa da Costa, Carlota Ferreira Brás César Teixeira, Carmina Maria dos Santos Lopes, Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Felisberto Ribeiro Almeida, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira, Ivo Daniel Moreira Capas, Sérgio Miguel Vieira Bastos, em substituição de Joana Daniela Baldaia de Resende, João Pedro Rodrigues de Sousa, José António da Silva Monteiro, Licínio dos Anjos

29.FEV.2016



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Bandeira e Silva, Luís Afonso da Silva Pinto da Costa, Manuel António Leite dos Santos, Margarida Maria Oliveira da Silva, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Mário Fernando Soares Filipe, Marta Filipa Brito da Fonseca, Nelson Jorge Sousa Neves, Barbara Joana de Sousa, em substituição de Nuno Miguel Peixoto da Silva, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rui Manuel Lourido Nóvoa e Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia. Por inerência estiveram Presentes: Nuno Miguel Ribeiro Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte), Rui da Mota Correia (Presidente da Junta de Freguesia da Lomba), Nuno Filipe Brito da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto), Daniel Filipe Oliveira Vieira (Presidente da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova), José António da Silva Macedo (Presidente da União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e José Manuel Soares de Andrade (Presidente da União das Freguesias de Melres e Medas). -----
----- Verificou-se a ausência do Senhor Isidro Ferreira de Sousa (Presidente da União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2016 (2ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO ANFITEATRO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

A - Período de Antes da Ordem do Dia

B - Período da Ordem do Dia

1. Renúncia ao mandato da Senhora Deputada Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio.
2. Pedido de suspensão do mandato do Deputado Senhor José Pedro Pinto Vieira Azevedo, até 30 de junho de 2016.
3. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (27-11 e 29-12-2015)
4. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre:
 - a) Transportes Escolares – Adenda ao contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas – Inclusão do anexo B;
 - b) “Constituição da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Projeto Pulmão Verde”
 - c) “Concessão de exploração do bar junto à Casa Branca de Gramido” - Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público – Proposta
 - d) “Concessão de Exploração do Bar no Jardim das Aromáticas” Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público – Proposta
 - e) “Concessão de Exploração do Bar de apoio na praia Fluvial de Zebreiros” - Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público - Proposta
5. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016).

C - Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR****----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

----- EUGÉNIA FARIA (CDU) – O Grupo Municipal da CDU, queria colocar a questão, é que as assembleias são convocadas não respeitando o prazo da convocatória, para além de alguns documentos também não chegarem em devido tempo e coloco a questão, ainda hoje ao final da tarde recebemos a ata e na verdade nenhum dos deputados que se encontram nesta sala conseguiram ver o documento com atenção. Esta recomendação é para cumprimento dos prazos legais para a convocatória de uma assembleia e que os deputados tenham acesso aos documentos com a devida antecedência. -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Antes das Assembleias há as reuniões de líderes, na última reunião de líderes a CDU na falta do Senhor Valpaços esteve representada por um deputado, assim como dos outros partidos e a Mesa. Para abreviar, e de acordo com aquilo que sempre pediram, ser de acordo com a lei e estamos a fazer mais do que a lei, enviamos os documentos com cinco dias de antecedência. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Nós, Partido Socialista, temos plena confiança no trabalho que a Mesa tem desempenhado, nomeadamente no Senhor Presidente e igualmente também temos confiança nos funcionários que fazem as atas e os documentos. -----

----- PRESIDENTE DA MESA – Peço desculpa em relação à data do envio da convocatória, também pensei que tinha seguido com a antecedência devida, relativamente aos documentos ficou acordado com os Líderes. -----

----- ANA PÃO TRIGO (PS) – Leu e entregou intervenção política, que adiante segue. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Leu e entregou uma recomendação, sobre “Por espaço público livre do carcinogéneo “glifosato”, que adiante segue. -----

29.FEV.2015



Boa noite:

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e mesa,

Exmos. Srs. Presidente, Vice-presidente e Vereadores,

Exmos. Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados e demais cidadãos aqui presentes.

Imperava na minha consciência vir aqui, hoje, falar sobre política. Peço desculpa aos mais sensíveis, mas muitas das vezes desviamos-nos do objetivo e fazemos de tudo aqui, menos política! Na antiga Grécia, chamavam *Idiotés* aos indivíduos que não se metiam em política, significava que eram pessoas isoladas, sem nada para oferecer aos restantes. Não sejamos idiotas! Apesar de haver alguns idiotas na nossa sociedade, e a taxa de abstenção nas eleições o tem vindo a comprovar, também há aqueles que julgam que não são idiotas, são políticos, mas só fazem idiotices... Cá para mim, digo: que se lixe a tirania daqueles que julgam que sabem, mas desconhecem! Só é digno da política quem dá do seu tempo para ouvir o povo, para estar com o povo, para trabalhar para o povo. A política não é mais do que o exercício da nossa cidadania contribuindo para o bem-comum. Não podemos contudo esquecer-nos que a política anda sempre de mãos dadas com a liberdade e com a ética. Muitos falam de ética e liberdade, mas não as contemplam nas suas ações!

Com isto quero eu dizer que acredito que há coisas sérias, mas não acredito muito nas pessoas que falam sempre em tom demasiado sério e franzem o sobrolho em sinal de suprema autoridade. Talvez seja uma simples deputada municipal, utópica, de esquerda e que ainda acredita que se possa ouvir o povo, dar-lhe voz e contribuir para o bem-comum. E é por isso que devemos protestar, viver em sociedade não é apenas obedecer, somos seres "insociavelmente sociáveis" (Fernando Savater) e por vezes os protestos são necessários para que não nos obriguem a obedecer cegamente. Desobedecemos porque queremos apenas melhores razões para obedecer! A desobediência, a crítica política deve ser sempre, e em primeira instância, assertiva. Também não é prática comum por estes dias. Há duas reuniões atrás, um deputado da bancada dos sociais-democratas, a propósito do orçamento, falou em "outros" várias vezes. Esta palavra colocou-me a pensar durante vários dias. O pronome indefinido – outros, pode sugerir-nos várias coisas. Pode levar-nos a pensar que outros ainda fizeram menos, que outros nos deixaram em maus lençóis com a justiça, que os outros nos deixaram dívidas e mais dívidas e uma série de coisas. O português é traiçoeiro! Mas também concordo Sr. Deputado que estes outros têm obrigação de se esforçar sempre por fazer melhor do que os outros! Com franqueza, não considero que vir para aqui com um monte de folhas cheias de *postits* em N de páginas que referem outros seja fazer política. Tal como disse, não devemos obedecer cegamente, mas devemos fazer melhor o nosso trabalho de casa! Os Srs. Deputados da CDU, de uma forma geral, vêm aqui criticar, questionar, argumentando e fazendo propostas. Ainda que possa não concordar, considero que já se aproxima, um pouco mais, do conceito de não ser *idiotés*. No entanto, talvez deva referir que não se deve votar demasiadas vezes contra, só porque sim! Bem-comum, não esquecer! Daí que não se deva votar sempre a favor, também só porque sim, até aí nada contra.

Pois está claro, a política, de facto, por vezes parece uma selva! Mas qual é a lei da selva? "Fere primeiro e avisa depois!". Já feri, nesta assembleia, muitas suscetibilidades, mas

29.FEV.2016

6

tento ser assertiva, se por acaso não for, peço desculpa! Considero que todos devemos ter um pouco de General Ramalho Eanes, de Dr. Francisco Sá Carneiro, de Dr. Jorge Sampaio e de Eng. António Guterres, mas também não nos faz mal nenhum ter um pouco de Dra. Catarina Martins! Pois é, caros deputados, considero que se deve ir buscar aquilo que cada um tem de melhor! Só assim podemos fazer política, trabalhar para o bem-comum. Só assim conseguimos entendimentos históricos tal como aquele a que assistimos, recentemente, no parlamento português. Um entendimento necessário, pois o entendimento é o único caminho, se quisermos ser políticos e não idiotas!

Se criticamos, também devemos ressaltar quando aquilo que é feito, é bem feito. Há uns tempos atrás, nesta assembleia, não me poupei em palavras ao criticar a postura de distanciamento entre o povo de Jovim e o executivo da Junta da União de Freguesias de Jovim, S. Cosme e Valbom. Hoje, e porque não sou idiota, devo agradecer ao mesmo executivo por ter ouvido o povo e por ter diligenciado uma série de medidas que têm vindo a melhorar o dia-a-dia das crianças do JI do Outeiro. Isto, não vai colocar-me numa posição de desatenção, mas confere-me dignidade.

Também aproveito para referir que a bancada socialista quer felicitar ao CDS-PP por ter escolhido a cidade de Gondomar para o Congresso Nacional. É um evento que traz pessoas a Gondomar, logo promove a nossa cidade a vários níveis.

Toda esta minha intervenção pode parecer estranha, mas não o é. Pretende passar a mensagem a quem a entender! Pretende apenas ser uma intervenção política e iluminar consciências para uma política do maior consenso possível, uma política que promove cada cidadão como membro da mesma sociedade. Quando intervimos em política, defendemos o que é lógico e o que é lógico, são logicamente os nossos interesses, os interesses e os valores do nosso partido político. Contudo, não nos esqueçamos que o nosso interesse principal é que a nossa sociedade seja o mais social possível.

Pela bancada do Partido Socialista,
Ana Pão Trigo
29 de Fevereiro de 16



Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Gondomar

29.FEV.2016
Aprovado
manuamente
Pol
7

Recomendação

Por espaço público livre do carcinogéneo "glifosato"

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) considerou o glifosato como "provável carcinogéneo para o ser humano". O glifosato é o herbicida mais utilizado no país e no planeta. A investigação da AIIC estabeleceu uma relação entre a exposição ao herbicida e certos tipos de cancro no sangue que ocasionam em Portugal cerca de 1.700 novos casos por ano.

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização generalizada, não seletiva, e é de venda livre e fácil acesso. Em Portugal, todos os anos são aplicadas mais de 1.000 toneladas deste tipo de pesticida, na agricultura e também nos espaços geridos pelas autarquias. A sua utilização é ao nível do solo para limpar os campos antes das sementeiras e pelas autarquias na limpeza urbana, para eliminar ervas das ruas e passeios públicas. Este composto tem sido ligado a vários riscos para o ambiente e para a saúde pública em diversos estudos científicos.

Várias autarquias já abandonaram o uso de glifosato ou têm planos para o abandonar. É que os municípios devem estar na linha da frente da proteção da saúde da população e deixar de usar este composto perigoso. Em março de 2014, a Quercus e a Plataforma "Transgénicos Fora" lançaram um apelo para que as autarquias portuguesas deixassem de usar glifosato nos espaços urbanos, alertando para o risco ambiental e para a saúde pública desta prática generalizada no país.

A Assembleia Municipal de Gondomar na sua reunião ordinária de 29 de fevereiro de 2016, tendo em conta que é essencial proteger a saúde pública e o ecossistema, RECOMENDA ao Executivo camarário:

Que, caso não o tenha ainda feito, estude e implemente um plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;

O deputado municipal do BE,

Rui Nóvoa

Rui Nóvoa

29.FEV 2016



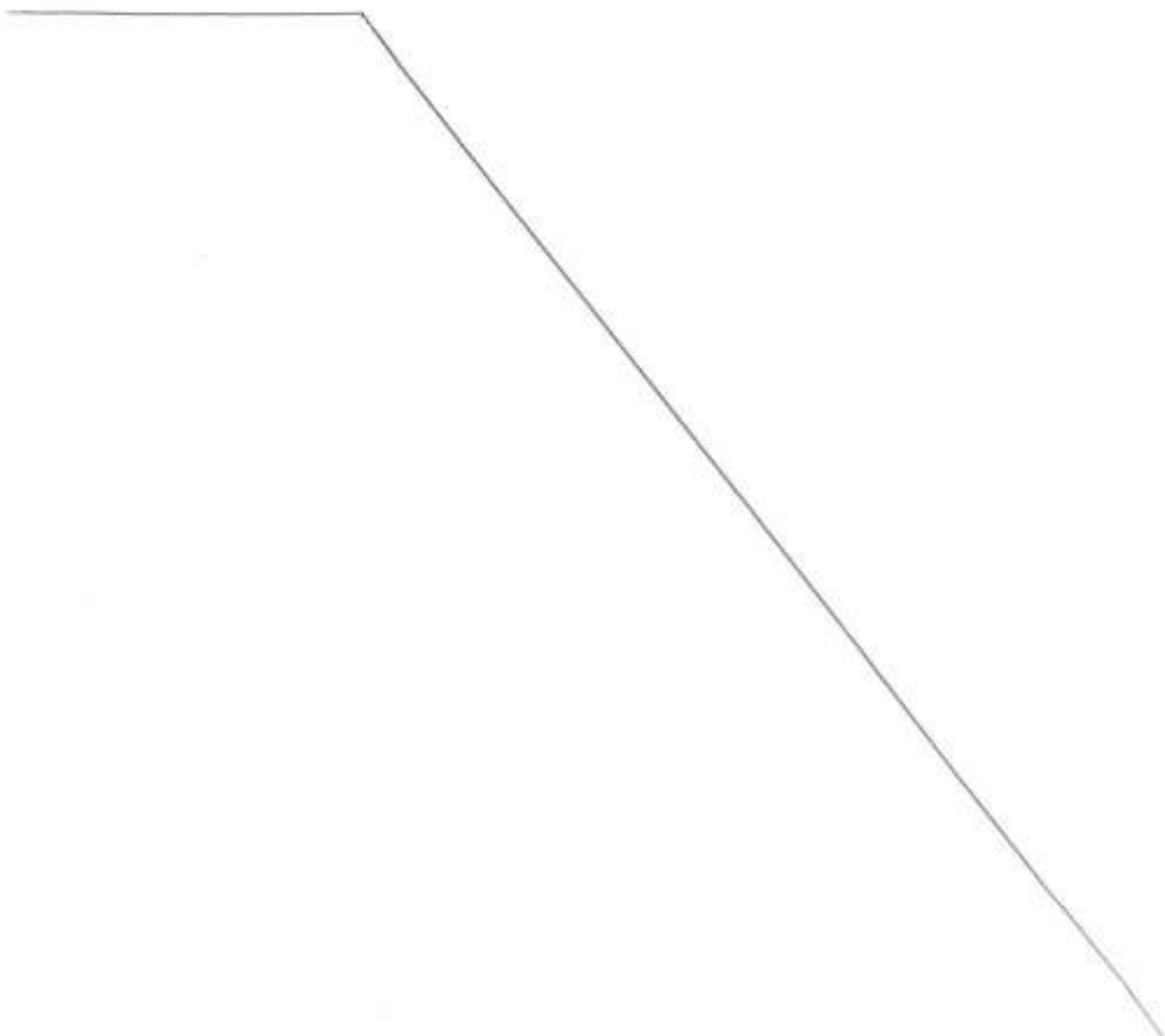
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

-----ERMELINDA FERREIRA (CDU) – Leu e entregou uma moção, sobre “Dia Internacional da Mulher - 8 de Março”, que adiante segue. -----

----- EUGÉNIA FARIA (CDU) - Leu e entregou uma moção sobre “a privatização da TAP e a eliminação de voos de e para o Porto”, que adiante segue. -----

-----IVO CAPAS (CDU) – Leu e entregou moção sobre “STCP e Metro do Porto”, que adiante segue. -----

-----MANUEL ANTÓNIO (PS) – Leu e entregou documento, sobre “Floresta e plantação de árvores no Concelho de Gondomar”, que adiante segue. -----



MOÇÃO *7 entre - P.S.D. PAOD*

Dia Internacional da Mulher – 8 de Março *2 Absoluções e 35*

Um dia incontornável no caminho de uma sociedade mais justa,
Livre de desigualdades e discriminações

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em 1910 na Conferência Internacional de Mulheres, em Copenhaga têm sido inúmeros os exemplos em que este dia se eleva na luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação pela reclamação dos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação e exploração.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades e da exploração, que recaem de forma mais evidente sobre as mulheres, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantido a sua sobrevivência e dos seus familiares. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, um dia para assinalar uma luta de todos os dias.

O Poder Local democrático, que este ano assinala 40 anos das primeiras eleições para os seus órgãos, tem assumido um importante papel no assinalar do 8 de Março em liberdade, desde 1975.

O Poder Local Democrático, na esfera das suas competências, tem tido um papel importante na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa e na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais.

Neste órgão autárquico queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho Gondomar.

Em Portugal iniciou-se um caminho de recuperação de rendimentos e de direitos, que têm estado na base da luta travada nos últimos quatro anos e que têm importância para a melhoria das condições de vida das mulheres; aluta pelo direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, sem pressões nem condicionamentos;

É um caminho que importa prosseguir e consolidar e que não dispensa que as mulheres se assumam como sujeitos ativos na luta para responder aos problemas mais sentidos e pela concretização da igualdade na lei e na vida.

A Assembleia Municipal de Gondomar reunida no dia 29 de Fevereiro de 2016, apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, mais fraterna, livre de desigualdades e de discriminações.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,

Ornelinda Soares
Elisavete
Ivo Lopes
Yolanda Soares
Abelardo Soares

capa d. d. = e / 5
51
10

PAOD

Moção

Sobre a privatização da TAP e a eliminação de voos de e para o Porto

Sobre a privatização da TAP e a eliminação de voos de e para o Porto

O processo de privatização do Grupo TAP realizado pelo anterior governo é ilegal. Foram dadas garantias bancárias que não cumpriam requisitos legais; o processo foi realizado após a demissão do Governo; os supostos «compradores» não o podem ser à luz do direito comunitário;

O Governo do PS anunciou a salvação da privatização, assumindo a manutenção de 50% do capital nas mãos do Estado, abdicando da gestão para o grupo económico que tomou conta da empresa, o que não corresponde às necessidades do país nem acautela o futuro da TAP e da soberania nacional, nomeadamente no que respeita ao norte do País;

Os interesses do Norte estão a ser particularmente afetados, com o sucessivo cancelamento de voos de e para o Porto. Tal demonstra que não basta manter a maioria do capital em mãos públicas, se não interferirmos diretamente no controlo das decisões tomadas pela Administração da TAP.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar na sua reunião de 29 de fevereiro decide:

Manifestar a sua preocupação com a situação existente, dados os riscos que se correm com a gestão privada da TAP, que interessa aos acionistas da Gateway;

Manifestar a preocupação com as eliminações de voos de e para o Porto;

Assumir a defesa de uma TAP inteiramente pública, recapitalizada, ao serviço do desenvolvimento do país, designadamente através da retoma imediata de todos os voos de e para o Porto

Pôr fim à intenção de subcontratação de serviços regulares a terceiros, como os previstos para a ponte aérea Lisboa-Porto, na medida em que representam uma desonesta tentativa de fugir à contratação de trabalhadores com direitos.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,

Elegeraz te te faz
Ivo Capes
Joaquim Carlos Magalhães
Barbara Joana Teixeira de Sousa
Ornelinda Ferreira
Daniel Silva

Moção sobre STCP e Metro do Porto

- Considerando que, para a mobilidade das populações e para o desenvolvimento da área metropolitana do Porto, é fundamental dispor de transportes públicos de qualidade que funcionem em função do interesse público, desempenhando a STCP, SA e a Metro do Porto um papel crucial para garantir a concretização desses objectivos;

- Considerando que, no entanto, sucessivos governos - com especial destaque para o anterior governo do PSD/CDS - tudo fizeram para retirar capacidade operacional às empresas públicas de transporte, degradar o serviço prestado e procurar justificar, por essa via, a sua privatização, com os graves custos para os utentes do serviço público e os próprios trabalhadores;

- Considerando que, apesar da posição conjunta que ditou o abandono do processo de concessão, apesar da decisão do Governo de reverter a concessão da STCP, SA - e apesar de ter sido substituída a Administração da STCP e Metro do Porto - não foram revertidas as medidas de gestão que colocaram em risco o futuro da STCP, os direitos dos trabalhadores e o serviço público prestado aos utentes, de que são exemplo a venda de 44 autocarros à empresa transportes urbanos de Braga (TUB) e a cedência das estações de recolha da Areosa e Corujeira;

- Considerando que continuam a ser praticadas sucessivas reduções dos serviços prestados pela STCP, como aconteceu ainda no dia 4 Janeiro - um corte na ordem dos 10% do total - sem justificação alguma e sem excluir a possibilidade de cortes adicionais;

- Considerando que a tutela autorizou a contratação dos 139 trabalhadores necessários para obviar à gravíssima falta de motoristas no quadro de pessoal, e que apesar disso, apenas foram admitidos 60 novos trabalhadores - no mesmo período em que saíram cerca de 30 motoristas da empresa - situação que se reflecte nas insuficientes condições do serviço prestado ao público, particularmente no nosso município;

- Considerando que a mobilidade das populações de vários concelhos também está comprometida pela paralisação da construção das novas linhas de metro tantas vezes prometidas, mas sempre adiadas, de que são exemplo a linha da Trofa, a necessidade do prolongamento da linha do metro até Valbom/Gondomar e Vila D'Este/Vila Nova de Gaia.

Assim, a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida no dia 29 de fevereiro de 2016, decide:

1- Manifestar ao governo a sua preocupação com a situação existente e exigir que se garanta uma gestão pública eficaz e eficiente ao serviço das populações, dos trabalhadores e do desenvolvimento da área metropolitana do Porto - e não de interesses privados e especulativos - envolvendo os municípios, os trabalhadores e outras entidades da região, mas não abdicando o estado do seu papel fundamental na posse e gestão pública, nem atirando para os municípios, em geral com sérias dificuldades financeiras, essa responsabilidade.

2 - Exigir que avance, com a maior urgência, a construção do prolongamento das linhas do metro até à Trofa, até Valbom em Gondomar e até Vila d'Este em Vila Nova de Gaia.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,

Ivo Lopes
José Carlos Marques
António David

29.FEV.2016



12

Partido socialista

Ex. Presidente da assembleia municipal

Nestes últimos anos o município de Gondomar, em épocas de Verão e vítima de incêndios que destrói a nossa floresta.

Saúdo o projecto 100.000 mil arvores, e o esforço que os responsáveis pelo ambiente tem feito pelo nosso município

Porque não existe futuro sem arvores, surgiu em 2011 o projecto das 100 mil arvores na área metropolitana do Porto, liderada por uma equipa CR e Porto Universidade Católica do Porto e municípios associados nomeadamente, Santo Tirso .S. João da Madeira Gondomar Arouca Matosinhos Valongo Trofa Vale de Cambra Vila do conde e Oliveira de Azeméis,

Que são os motores da iniciativa, intervindo em áreas de gestão pública e estabelecendo protocolos com os privados bem como parcerias com as associações florestais,

No nosso caso a ~~Portugália que gere~~ equipa de sapadores florestais **QUE** apoia na preparação de terrenos, plantação a manutenção e muitas outras entidades fazem parte da rede.

Com este projecto este executivo, pretende informar e formar cidadãos sobre a importância de criar floresta e estimular a participação de todos os interessados.

HÁ sinais positivos de sensibilização com o público e escolas, saúdo os professores e técnicos- na luta por um pulmão saudável

No âmbito do futuro desde 2011 até hoje plantou-se 63.570 arvores na área metropolitana do Porto, 280 acções de plantação 9285 de participações de voluntários,

29.FEV 2016

Gondomar plantou 13 mil arvores nas faixas de gestão de combustível do município, linhas de água e em terrenos cujos proprietários demonstraram interesse em florestar

SR Vereador acredito no vosso nobre trabalho, sendo assim, finalmente, estão sendo criadas condições para a vida selvagem e outras.

Felicito toda a equipa técnica do ambiente CMG a vossa participação e o entusiasmo neste projecto muito irá enriquecer o município de GONDOMAR



António Almeida

29.FEV 2016



14



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- RUI CORREIA, Presidente da Junta de Freguesia da Lomba – O que me traz aqui é uma questão que já tenho trazido a algumas assembleias, hoje não está aqui o Senhor Vereador do Ambiente, que seria a pessoa que devia estar aqui para ouvir, falo do saneamento da Freguesia da Lomba que é uma questão que me preocupa bastante, dado que no início do mandato já foi há três anos e hoje continuamos sem qualquer projeto de saneamento, planeamento sequer para a freguesia da Lomba, penso que devemos enaltecer o rio Douro, elogiar a sua beleza, mas não faz sentido fazer isso e por outro lado estarmos constantemente a poluir o mesmo. Outra questão era saber para quando a substituição da fossa no Conjunto Habitacional da Lomba, são questões pertinentes para serem resolvidas de imediato, porque só assim faz sentido nós referirmos que Gondomar é D' Ouro. -----

----- JOSÉ ANDRADE, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas – Queria aqui dar nota de vários momentos do município, Começo por felicitar o executivo pela organização do I Encontro Nacional das Cidades Educadoras onde se deu testemunho a todos os presentes e interessados a nível nacional daquilo que se vai fazendo pelo nosso território na área da educação. Somos uma freguesia que acreditamos que o caminho é por aí, há quem perca mais tempo com os que votam, as crianças ainda não votam, mas nós em Melres estamos muito empenhados em trabalhar principalmente com os que não votam, mas que um dia por certo vão votar melhor e se calhar ter uma consciência maior do ser cidadão. Segundo, dar nota que descobrimos recentemente com o Projeto Nacional de Cadastro dos Territórios, é um projeto piloto, financiado pela Comunidade Europeia que a Freguesia de Melres e Medas viu-se subtraída pela Direção Geral do Território uma área que para terem uma ideia é maior do que Baguim e mais ou menos parecida à de Fânzeres. Por isso, neste momento, nós Melres e Medas

29.FEV 2016



15



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

estamos a prosseguir com um processo de reclamação de mais uma freguesia se assim quiserem entender nos territórios de Penafiel e Paredes, mais especificamente Capela e Sobreira. Terceiro, queria dar nota também, porque é do interesse de todos que este Douro florescente de turismo tem provocado nas nossas margens uma forte erosão, subtraindo ao domínio público e aos privados uma grande parcela de terreno. Queria também dar nota aos presentes, que uma moeda normalmente tem duas faces e a que nos sobrou parece-nos a mais feia, queria dar nota a esta Assembleia o que é que andamos a fazer. A parte mais lúdica, Melres e Medas apesar de ainda cheirar um pouco mal é ainda um lugar que é um paraíso e por isso queria dar nota do maior evento organizado por uma comunidade de privados do desporto que foi o Trail de Santa Iria, que contou com mil e setecentos atletas. Queria lembrar que este pulmão verde tem cinco serras, das cinco serras três (Santa Iria, Banjas e Flores) são percorridas já por mil e setecentas pessoas, sob organização da comunidade de Melres, especificamente Branzêlo. Por último queria lembrar que amanhã começa março e é o mês do campeonato nacional de remo, o campeonato nacional de canoagem e o campeonato nacional de tripulações e canoagem e dia treze celebra-se a maior romaria e tradição mais antiga do Concelho de Gondomar. -----

----- DANIEL VIEIRA, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Duas questões. A primeira tem a ver com um assunto que já aqui por diversas vezes foi falado, que tem a ver com a remoção da totalidade dos resíduos perigosos em S. Pedro da Cova, uma vez que foi feita uma primeira fase, até ao momento não se sabe o que é que existe ainda naquele local, apesar dos alertas que fomos fazendo ao longo dos tempos, mas que a Assembleia recentemente determinou, de acordo com todas as forças políticas de seis projetos de resolução para a remoção da totalidade desses resíduos, o que é um passo importante para quem esteve

29.FEV 2016



[Handwritten signature] 16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

nesta luta de início, muitas vezes fomos apelidados de alarmistas e que este era um problema que não existia para alguns e hoje, passado todo este tempo agora há uma unanimidade na total remoção e também à requalificação daquela área. Uma segunda questão, tem a ver com uma moção entregue na mesa e aos Senhores Deputados, sobre o Orçamento de Estado. Com esta ideia, penso que muitas vezes ouvimos falar da descentralização e que é quase consensual em todas as forças políticas, a ideia da descentralização, a ideia de que o estado central deve passar para as autarquias e para outras estruturas, um conjunto de competências, mas na verdade o que assistimos ao longo dos tempos não é na prática a descentralização, mas na prática é um conjunto de medidas e instrumentos que procuram centralizar cada vez mais, um conjunto de decisões da administração central procurando limitar as autarquias naquilo que é a sua esfera de atuação de influência, sempre tivemos, aconteceu como por exemplo a situação das trinta e cinco horas semanais em que veio confirmar-se que as autarquias tinham autonomia para poder decidir sobre essa matéria, e o Orçamento de Estado ao longo dos anos tem, através de diferentes normas, limitado a ação daquilo que é as autarquias, designadamente com a lei de compromissos que é a limitação daquilo que é a ação das autarquias. Relativamente a este novo Orçamento de Estado, registamos que existem evoluções positivas daquilo que é a possibilidade da abertura das autarquias relativamente à contratação de pessoal, mas em nosso entendimento continua a haver um conjunto de delimitações naquilo que é a aplicação da Lei como por exemplo das Finanças Locais, independentemente daquilo que é o pensamento político e ideológico de cada força política tem havido quer no campo da Associação Nacional de Freguesias, quer no campo da Associação de Municípios, posições comuns no sentido da defesa do poder local democrático, na defesa da autonomia das autarquias locais. Uma pequena nota, por sugestão do Partido

29.FEV 2016



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Rui Nóvoa', with a small mark resembling a cross or a plus sign to its right.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Socialista, relativamente ao ponto dois dessa moção, nós consideramos que de facto é possível outra formulação e colocamos a substituição desse ponto por uma outra redação que vai no sentido de exigir o respeito pelo cumprimento da constituição no que diz respeito às Autarquias Locais e também do cumprimento da Lei das Finanças Locais. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Começo pela questão aqui colocada relativamente aos transportes e há questão da TAP. Este fim de semana tive necessidade de usar o aeroporto do Porto e de facto aquilo que se vê é cada vez menos a presença da TAP e aquilo que se vê é cada vez mais um conquistar o espaço do mercado por outras companhias, por outras low cost e também por outras operadoras internacionais e a verdade é que na sexta feira na reunião do Conselho Metropolitano foi anunciado que para substituir aquelas quatro rotas que a TAP deixou de fazer, mal na minha opinião, há nada mais, nada menos que vinte e cinco ligações semanais a serem anunciadas com os operadores, portanto alguma coisa aqui está mal e pela informação que tenho é que não vai haver perda de serviços nem de oferta à população do Porto e relativamente aos transportes também partilho convosco, que ainda hoje à tarde, estive numa das várias audiências com quem trabalha nesta matéria e a verdade é que aquilo que se tem feito para a aplicação da nova lei do regime dos transportes de passageiros na Área Metropolitana do Porto está muito à frente daquilo que se passa no país e a verdade é que dentro desta semana vai ser feita uma proposta de revisão provisória da rede de transportes. Os Senhores Presidentes de Junta foram convidados para se pronunciarem sobre esta matéria, também partilho convosco que brevemente a Gondomarenses vai servir o Hospital Escola de mais transporte público. A questão aqui colocada pelo Senhor Deputado Rui Nóvoa relativamente ao herbicida, a Câmara agora não usa mas terá de se fiscalizar quem usa. O Senhor Presidente de

29.FEV.2016

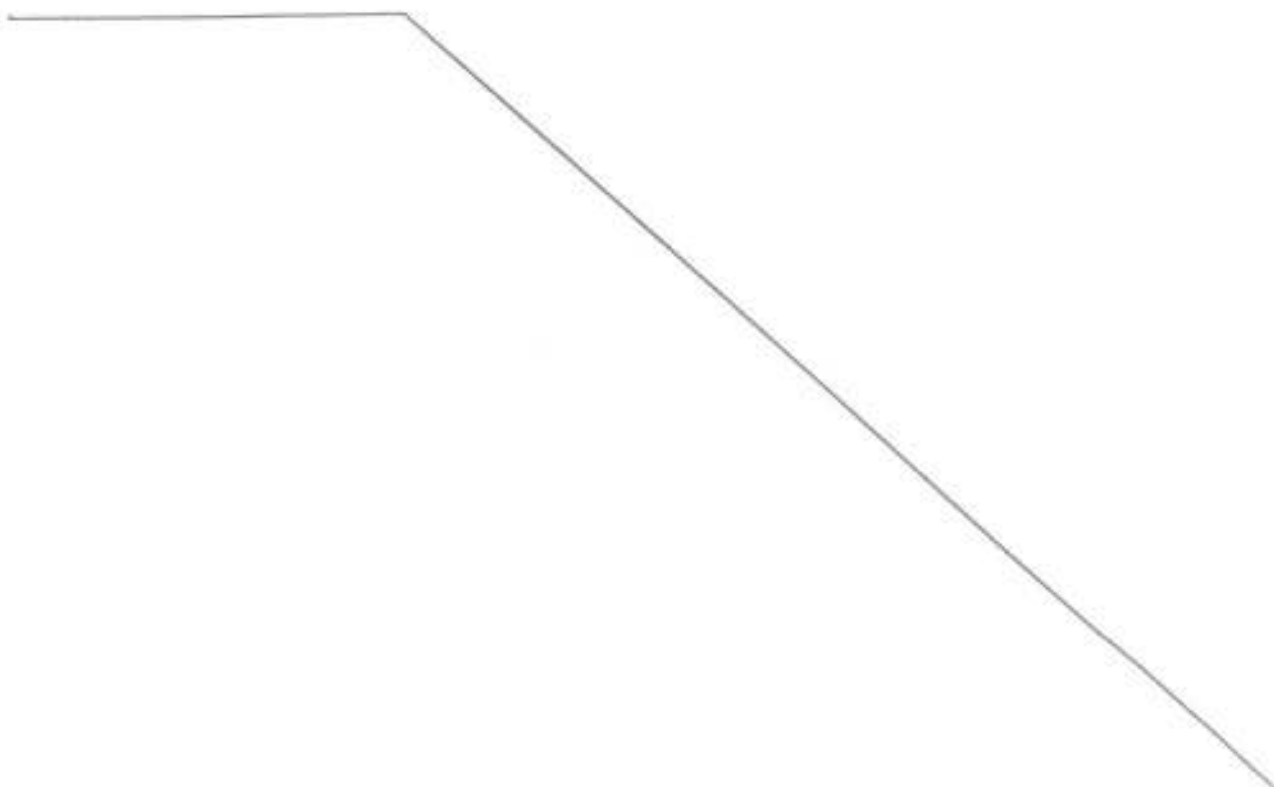


16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

Junta da Lomba falou aqui da questão do saneamento que bem conheço, mas a verdade é que houve uma reunião na Junta da Lomba com as Águas de Gondomar para saber como está a rede de saneamento e percebemos que fomos enganados, porque afinal a tal rede que estava prevista para a Lomba do contrato de concessão que foi instalada e depois renegociada, afinal só está implantada onze por cento no território da Lomba. O Senhor Presidente da Junta de Melres e Medas veio aqui colocar a questão da erosão. Nesta questão da erosão já começamos a conquistar terreno ao Douro. Quanto à questão dos resíduos de S. Pedro da Cova, não está esquecido, tivemos recentemente algumas reuniões também por causa da questão do Cavalete, está a ser tratado com a importância que ele merece, penso que a médio prazo teremos uma solução razoável. -----

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – A moção sobre o Orçamento de Estado para 2016, que adiante segue, passa a ter a seguinte redação no ponto dois "Exigir o respeito e o cumprimento da constituição e da Lei das Finanças Locais". -----



MOÇÃO

O Orçamento do Estado para 2016 e as Autarquias Locais

Considerando que a proposta de OE para 2016:

- Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda;
- Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011.

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29/2/2016, delibera:

- 1.º Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal;
- 2.º Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais;
- 3.º Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República.

Enviar esta Moção aos Exmos. Srs. Primeiro Ministro, Ministro das Finanças, Ministro Adjunto, Secretário de Estado das Autarquias Locais, Associação Nacional de Municípios e Associação Nacional de Freguesias.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2016

Pelo Grupo Municipal da CDU,

Eu fiz este feito

Ivo Capas

Yuri Carlos Marques

Barbara Joana Teixeira de Sousa

Ornelinda Feres

David Vun

*O ponto 2 da moção
fica de fora a referência
redução de
Existe o respeito
cumprimento da constituição
da lei das finanças
locais*

[Handwritten signature]

29.FEV 2016



20

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

- VOTAÇÃO DAS MOÇÕES: -----
- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO BE, sobre “Por espaço público livre do carcinogénico “glifosato”: Aprovada por unanimidade. -----
- MOÇÃO DA CDU, sobre “O Orçamento do Estado para 2016 e as Autarquias Locais”: Aprovada por maioria, com 9 abstenções (7 PSD + 2 CDS-PP), com a alteração do ponto 2, passando a constar “Exigir o respeito e o cumprimento da Constituição e da Lei das Finanças Locais”. -----
- MOÇÃO DA CDU, sobre “STCP e Metro do Porto”: Aprovada por maioria, com 7 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP). -----
- MOÇÃO DA CDU, sobre a “Privatização da TAP e a eliminação de voos de e para o Porto”: Aprovada por maioria, com 9 votos contra (7 PSD + 2 CDS-PP) e 1 abstenção (PSD).
- MOÇÃO DA CDU, sobre o “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março” – Aprovada por maioria, com 7 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP). -----
- Entrou-se no Ponto “B” - Período da Ordem do Dia: -----
- Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia e reconhecida a urgência por *unanimidade*, dos membros presentes e nos termos do disposto no artigo 26º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, e do artigo 50º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi admitido o seguinte ponto não incluído na ordem do dia: -----
- “Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – Taxa para 2016 – Revogação da deliberação de 28 de outubro de 2015 – Proposta” -----



29.FEV.2016

[Handwritten signature]

24
12

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VEREADOR CARLOS BRÁS – Houve uma falha, o assunto devia ter sido incluído na ordem de trabalhos. O que se passa é que estamos a corrigir o texto da deliberação anterior, que foi a reunião de Câmara no dia 3 de fevereiro e em condições normais estaria hoje aqui na agenda. Na essência é uma questão de português, o entendimento que a entidade que faz a regulação do setor das comunicações emitiu sobre a taxa municipal de direitos de passagem, nós tínhamos aprovado que seria uma taxa de 0,25% sobre o valor de cada fatura e o que eles entendem é que deve ser 0,25% sobre o total da faturação. Nós entendíamos que seria cada vez que se emitia uma fatura. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – a minha questão não se prende em aceitar ou não, fiquei surpreendido que na altura da Assembleia de 28 de Outubro houve uma informação de que esta taxa ia sofrer alterações na lei em relação à forma como ela é. -----

----- PEDRO OLIVEIRA (CDS-PP) – Tenho a noção que a taxa de municipal de direitos de passagem tem de ser aprovada até ao fim de cada ano para entrar em vigor no ano seguinte, se já estamos no ano de dois mil e dezasseis creio que neste momento já não podemos alterar os termos, no meu entender esta proposta já vem a destempo e não poderá ser aplicada no ano em curso. Tenho algumas dúvidas quanto à legalidade desta matéria, mas posso estar enganado. -----

----- VEREADOR CARLOS BRÁS – O que se passa é que estamos a corrigir o texto de uma deliberação anterior, tenho exemplo de outras câmara onde se passou exatamente o mesmo, por exemplo o caso de Viana do Castelo, Famalicão e a ANACOM através de uma norma interpretativa pediu para se alterarem as deliberações tomadas no sentido de corrigir o texto, não é que esteja totalmente errado, mas não está adequado, não altera o sentido nem altera o valor, não é por cada fatura mensal é pelo total faturado. -----



29.FEV 2016

22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- EUGÉNIA FARIA (CDU) – A CDU vai votar contra, estivemos de acordo com a inclusão do ponto na ordem de trabalhos, mas vota contra a proposta por uma questão de princípio, não concordamos com taxas ou taxinhas, mas porque já chega de taxas. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 7 votos contra (6 CDU + 1 BE) e 9 abstenções (7 PSD + 2 CDS-PP). -----

----- **1. Renúncia ao mandato da Senhora Deputada Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio.** -----

----- A Assembleia aceitou, por unanimidade o pedido. -----

----- **2. Pedido de suspensão do mandato do Deputado Senhor José Pedro Pinto Vieira Azevedo, até 30 de junho de 2016.** -----

----- A Assembleia aceitou, por unanimidade o pedido. -----

----- **3. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (27-11 e 29-12-2015)** -----

----- **ATA 27-11-2015** -----

----- IVO CAPAS (CDU) – Aquilo que a CDU tem a dizer sobre a ata, como todos sabem nessa sessão foi impedido um cidadão do público de intervir, porque o Senhor Presidente referiu como o munícipe não era de Gondomar entendeu que não o podia fazer, a CDU tentou investigar o assunto e pedíamos ao Senhor Presidente que nos esclarecesse, nos diga aonde está escrito que só os cidadãos de Gondomar é que podem intervir sobre este assunto. Outra situação, no Período de Depois da Ordem do Dia, na intervenção do munícipe não está muito explícito aquilo que foi dito e qual a resposta do Senhor Presidente da Câmara, gostaríamos de saber essa adenda à ata de forma a ficar mais perceptível. -----

29.FEV.2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

23

----- PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Quanto à questão que levantou de não dar a palavra ao munícipe, a resposta ser-lhe-á dada oportunamente por escrito. Relativamente à segunda parte, que é a resposta do Senhor Presidente aos munícipes que devem constar da ata, é conveniente porem isso. -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Só para dizer que o Partido Socialista subscreve a posição que a Mesa tomou, qualquer deputado pode discordar da posição da mesa, se entender que não há nada que diga que pode proibir, mas também não há nada na lei que diga que pode vir cá alguém de Valongo ou de Viana do Castelo e colocar à mesa, mas também não é menos verdade que se o Grupo da CDU estava tão consciente das coisas, podia ter explanado a posição à mesa e depois votávamos, mas fica aqui claro que o PS subscreve a posição que a mesa tomou.

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 1 abstenção (CDS-PP), com as alterações solicitadas pela CDU. -----

----- ATA 29-12-2016 -----

----- VOTAÇÃO: Deliberado por unanimidade, adiar a discussão e votação para a próxima sessão, por protesto da CDU, por a mesma ter sido entregue fora do prazo. -----

----- 4. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre: -----

----- a) Transportes Escolares – Adenda ao contrato Interadministrativo celebrado com a Junta de Freguesia da UF de Melres e Medas – Inclusão do anexo B; -----

----- VEREADORA AURORA VIEIRA - Só para dizer que é uma adenda daquelas que os pais declaram posteriormente e tem de vir sempre a reunião de Câmara e Assembleia Municipal.

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- b) “Constituição da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Projeto Pulmão Verde” -----

----- DANIEL VEIRA, Presidente da Junta de Freguesia da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Votaremos a favor, apenas algumas considerações que nos parece que este é um passo de um projeto bastante importante para o município se não mesmo um dos projetos importantes pelo seu carácter metropolitano e por tudo aquilo que pode projetar do ponto de vista do futuro, do aproveitamento da maior área florestal de toda a Área Metropolitana do Porto, não só do ponto de vista ambiental, mas também cultural e social. É um projeto que tem mais de setenta anos e parece-nos importante que isto seja articulado com estes três municípios e naturalmente valorizar a concretização, fazer o apelo para que a Câmara possa dar a este projeto toda a força, que se possa empenhar o mais possível para a sua concretização. -----

----- RUI NÓVOA (BE) – Somos chamados a votar a constituição desta associação que engloba os três municípios e se irá chamar “Serras do Porto”. O Bloco de Esquerda nos seus programas eleitorais, sempre deu grande importância às questões ambientais. Além dos diversos mandatos em que estou nesta Assembleia, foi sempre uma prioridade minha, enquanto autarca, na defesa e proteção do meio ambiente e é com agrado que vemos estes três municípios a juntarem-se porque considero que desta forma é possível uma melhor resposta para as dificuldades que no ambiente se confronta, no entanto parece-me que era importante o Senhor Presidente dar-nos a conhecer um pouco mais daquilo que esta associação se propõem a fazer, por exemplo onde começam e onde terminam as competências de cada município, quais as propostas para os próximos anos, qual a área do território atribuída à Associação, que tipo de

29.FEV 2016



25

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

acompanhamento nos é permitido enquanto órgão deliberativo, a partir deste momento não somos mais ouvidos? -----

----- JOSÉ ANDRADE, Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas – Venho aqui manifestar um voto, que é deixar bem claro que Gondomar é perfeitamente heterogéneo, de um lado vivem todas as pessoas e do outro lado está todo o pulmão e o que venho aqui expressar é que contando com o investimento, o empenho que os três municípios vão colocar em todo este projeto que não vá um dia descobrir que o investimento fica exatamente onde estão todos os eleitores e o pulmão não chegue a ver o investimento. Não vi até este momento portas de entrada e saída na maior parte do território do pulmão, nem nas três serras que já referi e gostaria como vim cá manifestar um voto de lembrar coisas como num espaço edílico para o lazer e para o desporto, ficava bem um centro de desportos e atividades de montanha e para isso não há melhor sítio para colocar isso exatamente onde estão as serras e onde está o pulmão, onde ele é mais verde, onde ele é mais bonito, estou certo que assim será. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA – Começando pela questão que o Senhor Deputado Rui Nóvoa aqui colocou, este trabalho de elaboração dos estatutos, foi um trabalho mais de um ano que envolveu os departamentos jurídicos e técnicos das várias câmaras, não sei explicar ao pormenor, mas amanhã, com todo o gosto remeto o dossier todo. O que importa com isto é que ninguém vai ficar com a porta mais larga, mais comprida ou mais alta, a verdade é que este é um projeto como aqui já foi dito que deve ter mais de meio século. Quando há dois anos o meu colega de Valongo me ligou para falar sobre o assunto e pegamos nisto e este trabalho foi o primeiro passo. Também dizer, que com esta decisão que for aqui tomada hoje, espero que positiva, estão a fazer história, a verdade é que até hoje na história da democracia em Portugal, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

sech
ah

primeiro projeto reconhecido como Parque Metropolitano do Porto, foi este. Vamos todos continuar a desenvolver este projeto. Este vai ser o Parque das Serras do Porto. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- c) “Concessão de exploração do bar junto à Casa Branca de Gramido” - Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público - Proposta -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- d) “Concessão de Exploração do Bar no Jardim das Aromáticas” Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público - Proposta -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- e) “Concessão de Exploração do Bar de apoio na praia Fluvial de Zebreiros” - Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Abertura de Concurso Público - Proposta -----

----- VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

----- 5. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com o n.º 4 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016). -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA: -----

----- António José Sousa, residente em Fânzeres, solicita a colocação de semáforos na Estrada D. Miguel. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal registou o pedido. -----

29.FEV.2016

17



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- A sessão foi encerrada pelas 23 horas e 45 minutos, do dia 29 de fevereiro de 2016. ----

O PRESIDENTE DA MESA,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. B. Silva'.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Cristina Almeida'.

A ASSISTENTE TÉCNICA,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Ana Paula Santos'.